

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Bacia de Sergipe é aposta para baratear gás.....	2
Título: Estado vai produzir o equivalente a 4 vezes o consumo da região	4
Título: RS tenta se recuperar com plano ambicioso	5
Título: Energia deve ter nova rodada de privatização	7
Título: Aneel admite que estatais têm problemas.....	9
Título: Recuperação judicial ainda ronda Odebrecht.....	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Vinte anos após 1o. leilão, Petrobras opera 95% da exploração de petróleo	10
Título: Não foi aposta, diz italiano de ágio de 53.500%.....	13
Título: Governo desiste de vender tudo e preserva mais 12 estatais	15
Título: Contestado, fundo da Lava Jato traz risco de prejuízo público de R\$ 22 milhões.....	17
Título: Conta da Petrobras	20
Título: Caixa lança Odebrecht à recuperação judicial	21
VEÍCULO: O Globo	22
Título: US\$ 1 bilhão	22

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/06/2019****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes ENVIADA ESPECIAL/ ARACAJU****Título: Bacia de Sergipe é aposta para baratear gás**

Divulgada em maio, descoberta deve gerar R\$ 7 bi em receita anual à Petrobrás e a sócias; ANP classifica potencial como "muito promissor"

A Petrobrás fez em Sergipe sua maior descoberta desde o pré-sal, em 2006. De seis campos, espera extrair 20 milhões de m³ por dia de gás natural, o equivalente a um terço da produção total brasileira. Divulgada no mês passado, a descoberta deve gerar R\$ 7 bilhões de receita anual à estatal e sócias, calcula a consultoria Gas Energy. Na avaliação do governo, a conquista pode ajudar a tirar do papel o esperado "choque de energia barata" prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes – plano para baratear em até 50% o custo do gás natural e "reindustrializar" o País.

A aposta do governo é que, em pouco tempo, deva sair de Sergipe o gás mais barato do Brasil. Primeiro, pelo próprio aumento da produção, que ajuda na redução dos custos. Segundo, pela entrada em operação de rivais da petroleira, como a americana ExxonMobil, que tem projetos de exploração na região. Por fim, pela presença de empresas importadoras de gás (ler mais abaixo), que também vão concorrer pela infraestrutura de escoamento. Dessa maneira, a tendência é de redução na tarifa de transporte e, com isso, também do preço final do produto. "Vamos ter competição. É isso que vai fazer o preço baixar", afirma o **secretário de Petróleo e Gás Natural do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Felix**, que participa da elaboração do plano de Guedes. O governo também tem a expectativa de estimular a economia na região com o gás.

De 2014 a 2017, a cadeia de óleo e gás ficou praticamente paralisada como reflexo da forte queda no preço do insumo no mercado internacional e das revelações da Operação Lava Jato da Polícia Federal, que revelou bilhões em desvios de recursos na Petrobrás. "É possível que a gente assista a uma retomada da indústria de petróleo e gás no Nordeste, onde tudo começou", diz o presidente da Gas Energy, Rivaldo Moreira Neto. O diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Felipe Kury, classifica o potencial da Bacia de Sergipe-Alagoas como "muito promissor". Além dos seis campos da Petrobrás, a ANP acredita que existem na região outras áreas com indícios de presença de petróleo e gás que, nos próximos anos, podem resultar em novas descobertas relevantes.

Pelos dados do MME, para delimitar o reservatório e construir um gasoduto até a costa, a Petrobrás deve gastar US\$ 2 bilhões ainda neste ano. A estatal não revela os planos para a região. Por meio de sua assessoria, informou apenas que "as águas profundas de Sergipe vêm mostrando grande potencial para o desenvolvimento". Disse também que o orçamento do projeto está previsto em seu plano estratégico para os próximos cinco anos. Por enquanto, a estatal está trabalhando apenas na exploração, mas não na produção dos campos. Expectativa. O gás já provoca uma reviravolta na economia de Sergipe. "Virei um caixeiro viajante, batendo de porta em porta de indústrias, oferecendo as vantagens do gás natural a quem quiser se instalar no Estado", disse o secretário de Desenvolvimento Econômico, José Augusto Pereira de Carvalho.

O Estado está agora concentrado em atrair grandes consumidores de gás para o município de Barra dos Coqueiros, vizinho a Aracaju, onde funciona o Porto de Sergipe, e, no futuro, deve estar de pé um novo distrito industrial. Na pequena cidade de apenas 25 mil habitantes, cercada por praias e mangue, começa a surgir um arranjo inédito de empresas interessadas no combustível. De um lado, estão produtores e uma unidade de importação do gás. Do outro, potenciais consumidores, atraídos pela perspectiva de pagar menos pelo combustível. Às empresas, Carvalho tem argumentado que, com tanta oferta, não haverá alternativa aos fornecedores de gás senão baixar o valor da matéria-prima. Assim espera trazer de volta, principalmente, indústrias de vidro e cerâmica, que dependem do gás para fabricar produtos melhores e a um custo menor.

Até a nova onda deflagrada pela descoberta da Petrobrás, o governo estadual se via às voltas com a suspensão de investimentos da estatal, que, no passado, chegou a responder por um terço de todo dinheiro movimentado pela indústria sergipana. O Estado sentiu o golpe, por exemplo, do fechamento da fábrica de fertilizantes, a Fafen-SE, e do freio em campos produtores de petróleo e gás, colocados à venda pela estatal. Diante desses e outros reveses, e a expectativa de extinção de postos de trabalho, a notícia da descoberta criou uma sensação de que "há uma luz no fim do túnel", disse Carvalho. Livre. O Estado quer ainda incentivar a criação de uma nova figura no mercado de gás – a do consumidor livre, autorizado a importar seu próprio combustível, sem precisar utilizar a rede de dutos de distribuição de uma concessionária local.

Com essa mudança, o esperado é reduzir mais um pouco o preço do produto, que não contaria com a tarifa cobrada pela distribuidora. Uma experiência chegou a ser feita em Sergipe, mas parou na Justiça. A distribuidora local, a Sergás, contesta a legalidade do modelo. Ela alega que o contrato de concessão garante a ela a exclusividade do negócio de gás no Estado. A divergência coloca em lados opostos os próprios sócios da Sergás: o governo do Estado, que quer estimular a queda do preço e um novo mercado, e a Petrobrás e a japonesa Mitsui, que não aprovam as mudanças.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/06/2019****Seção: Economia****Autor: F.N. ARACAJU****Título: Estado vai produzir o equivalente a 4 vezes o consumo da região**

Metade da produção virá da Celse, que investirá US\$ 5 bi e inaugura concorrência em área dominada pela Petrobrás

Com o sucesso da Petrobrás na exploração de seis reservatórios e a chegada de investidores privados, Sergipe foi inserido na rota mundial do gás natural. Em cinco anos, o Estado, sozinho, deve movimentar 40 milhões de m³ por dia de gás, volume que corresponde a mais de quatro vezes a atual capacidade de consumo de toda a Região Nordeste. Desse total, metade virá de um único investimento da iniciativa privada. Orçado em US\$ 5 bilhões, o projeto é da Celse, empresa controlada por sócios de Noruega, Estados Unidos e Brasil. Na prática, o empreendimento inaugura a concorrência num mercado até então dominado pela Petrobrás.

A Celse construiu a primeira unidade de regaseificação privada do País, ao lado do Porto de Sergipe, no município de Barra dos Coqueiros. Até então, somente a Petrobrás tinha unidades do tipo. A tecnologia permite importar o combustível na forma líquida, o GNL, por navio, depois retomá-lo ao estado gasoso e então injetá-lo na malha de dutos terrestres. Condições. "Encontramos em Sergipe as condições adequadas para instalar a unidade de regaseificação e a térmica", diz Pedro Litsek, presidente da Celse. "Na região, existe uma subestação de porte para escoar a energia e o terreno está próximo do mar, numa área que tem a melhor condição para ancorar o navio (onde o combustível líquido é transformado em gás), a apenas 6 km da costa".

Esse projeto foi iniciado há cerca de três anos, antes de a Petrobrás descobrir um reservatório de dimensões relevantes na região. O primeiro carregamento de GNL chegou no mês passado, de Camarões, na África, para ser usado como combustível nos testes de operação da térmica Porto de Sergipe 1, também parte do projeto da Celse. Quando começar a funcionar, em janeiro, a usina deverá ter capacidade de gerar 1,5 gigawatts de eletricidade e será a maior da América Latina.

Somente o consumo da geradora de eletricidade justifica o investimento na tecnologia de importação do gás. Por isso, é a porta de entrada para empresas privadas interessadas em competir no mercado interno. "Essa é uma nova forma de transportar energia a locais de mais difícil acesso, de forma rápida",

diz a advogada Camila Mendes Viana Cardoso, do escritório Kincaid Mendes Viana, especializado em direito marítimo.

Distribuição. Uma das sócias da Celse, a Golar Power, quer, na verdade, ser uma distribuidora de energia no Brasil, usando o GNL como matéria-prima e começando por Sergipe. Ainda neste mês, pretende trazer para o País dez caminhões projetados para consumir gás líquido no lugar de óleo diesel, que serão testados num trecho de 1,5 km. Se der certo, a empresa norueguesa vai criar um "corredor azul", nos mesmos moldes da Europa, onde uma rede de postos vai garantir autonomia aos motoristas, diz Marco Tulio Rodrigues, executivo da Golar. O gás natural é considerado, atualmente, o combustível da transição para uma energia de baixo carbono, até que as fontes renováveis substituam definitivamente o petróleo e seus derivados na matriz energética.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/06/2019

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: RS tenta se recuperar com plano ambicioso

Estado quer mudar estatuto dos servidores e cortar incentivo para ter socorro da União

Prestes a lançar um ambicioso plano de revisão do estatuto dos servidores, corte dos incentivos fiscais concedidos às empresas e reforma da Previdência estadual, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), resolveu inverter a prática orçamentária que marcou mais de uma década de crise fiscal no Estado. Pela primeira vez desde 2007, orçamento estadual foi enviado à Assembleia Legislativa com a previsão de déficit. Nos últimos 12 anos, o Estado projetava sempre as contas no azul para permitir o aumento de gastos e o resultado sempre terminava no vermelho. O "realismo orçamentário" abriu as portas para o Estado finalmente receber um socorro financeiro da União e aderir ao plano de recuperação fiscal com o Tesouro Nacional.

De quebra, a remoção da maquiagem nas contas acabou tirando os outros Poderes da zona de conforto. Judiciário e Legislativo estaduais ficaram, na prática, com as despesas praticamente congeladas, sem poder conceder reajustes no próximo ano, como os 16% dados em 2019. Hoje, o Estado tem um déficit estrutural anual projetado de R\$ 4,3 bilhões. Se entrar no regime de recuperação fiscal, o nome do plano de socorro da União, terá de zerar o déficit em seis anos. A perspectiva leva em conta um ajuste de cerca de R\$ 30 bilhões até lá. Em troca, o Estado tem o pagamento da dívida suspensa e poderá contrair empréstimos. A fadiga da crise fiscal permitiu que fosse costurado um

acordo para a aprovação de emenda que retira da Constituição Estadual a obrigatoriedade de realização de um plebiscito para ouvir a população sobre a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Companhia de Gás do RS (Sulgás).

A expectativa é que essas empresas sejam vendidas em um prazo de um ano a um ano e meio. Com o socorro da União, o Estado poderá antecipar a receita da venda com a captação de empréstimo que terá aval do Tesouro, o que hoje não é possível. Técnicos do governo avaliam que o Rio Grande do Sul tem até mesmo condições de sair da recuperação fiscal em três anos, se vender o Banrisul, o banco do Estado. O envio do orçamento e correção da maquiagem feita no cálculo dos gastos de pessoal, antiga briga com o Tesouro, repercutiram positivamente no Ministério da Economia. Ao Estado, Leite diz que optou pelo caminho mais difícil: consertar os problemas que levaram à crise, sobretudo, o aumento do peso das despesas de pessoal e Previdência. "Precisamos conter o avanço nos nossos gastos", diz. Banrisul.

O Banrisul não será vendido, diz ele. Esse é uma promessa de campanha. Mas ações do banco serão vendidas, sem a perda do controle. "Tenho confiança no ministro Paulo Guedes de que o compreenda que precisamos estabelecer prioridades. E não adianta estabelecermos a venda do banco sem resolver o que causa o déficit", afirma. Ele ressalta que prefere investir o seu capital político na batalha pela revisão dos planos de carreiras e retirada penduricalhos. "Eu tenho que escolher. Não consigo exigir dos deputados que votem tudo ao mesmo tempo". Ele avalia que vender o Banrisul engordaria o caixa em R\$ 10 bilhões, mas não resolveria a crise. O Estado abre mão por ano de cerca de R\$ 8 bilhões de receitas com a concessão de benefícios fiscais. Como outros Estados, o governo foi pródigo na concessão de renúncias à empresas no passado para atrair investimentos, entre elas, a General Motors em Gravataí.

Com a crise, a montadora chegou até mesmo ameaçar a deixar o País se não recebesse incentivos, como ocorreu em São Paulo. O principal desafio no curto prazo é a insuficiência de receitas calculada em R\$ 1,5 bilhão no Orçamento enviado e restos a pagar de R\$ 4,4 bilhões de despesas. O Estado tem uma conta também de R\$ 5 bilhões com as parcelas da dívida da União que deixaram de ser pagas. Uma liminar do Supremo Tribunal do Supremo mantém suspenso o pagamento das parcelas mensais, o que tem dado alívio ao governo, que continua com a folha dos servidores atrasada. Com as privatizações, a venda de ações do Banrisul e concessões, o Estado pretende levantar de R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões. No segundo semestre, serão concedidas duas rodovias: a RS 287, que une Tabaí a Santa Maria e a RS 324, de Nova Prata a Passo Fundo.

O governo também pretende extinguir a Empresa Gaúcha de Rodovia, estatal que administra rodovias com pedágios. Segundo Leite, 750 quilômetros serão

concedidos à iniciativa privada. Ele também quer oferecer à iniciativa privada a concessão de hidrovias. "Vamos fazer um plano robusto", disse. A expectativa do governador é que o Estado possa entrar no regime no segundo semestre. O secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Santos Cardoso, explica que o Estado está trabalhando em várias frentes porque não há nada isoladamente que resolva a crise. "O Estado praticamente não investe mais nada e o custeio está muito pressionado." Segundo ele, os projetos para reduzir gastos de pessoal vão redesenhar o estatuto do servidor com a revisão das vantagens salariais de tempo de serviço e incorporação de gratificações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/06/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / BRASÍLIA

Título: Energia deve ter nova rodada de privatização

Controladas pelos Estados, distribuidoras têm dificuldades para cumprir metas

Distribuidoras de energia controladas por governos estaduais estão com dificuldades para cumprir as metas de qualidade do serviço e apresentar resultados positivos, fundamentais para a realização de investimentos. Para analistas do setor, exigências cada vez mais rígidas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a crise financeira dos Estados tendem a empurrar as empresas para a privatização, o caminho mais fácil para evitar a perda da concessão. Seria a terceira onda de privatizações no setor. Na década de 1990, diversas distribuidoras foram privatizadas pelos Estados em troca da renegociação de suas dívidas com o mercado pela União – como Eletropaulo, hoje Enel SP, e Light, no Rio.

No ano passado, seis distribuidoras do Norte e Nordeste, que eram estaduais e foram transferidas para a Eletrobrás, antes de serem vendidas. A privatização de estatais é uma das alternativas propostas pelo Plano Mansueto para Estados que precisarem de socorro da União. Entre as empresas com mais problemas na área econômico-financeira estão a CEB, distribuidora controlada pelo governo do Distrito Federal, e a CEEE, que pertence ao governo do Rio Grande do Sul. Já a Cemig, do governo de Minas Gerais, luta para provar à Aneel que cumpriu as metas de qualidade do serviço.

Ao renovarem suas concessões por 30 anos, em 2015, essas distribuidoras se comprometeram a atingir uma trajetória de melhoria nos indicadores econômicos e de qualidade em cinco anos, até 2020. Caso descumpram os índices mínimos por dois anos consecutivos nesse período, podem ter as concessões cassadas – nesse cenário, ficam sem ativos e fluxo de caixa futuro,

com dívidas e passivos trabalhistas, ou seja, sem valor. Para evitar essa punição, as empresas são obrigadas a apresentar um plano de troca de controle – o que, no caso das empresas controladas por Estados, significa a privatização. A CEB já rompeu o indicador econômico-financeiro no ano passado e, para cumprir o deste ano, precisaria de um aporte de R\$ 426 milhões. O governador Ibaneis Rocha já sinalizou que deve vender o controle da companhia, proposta que será submetida aos acionistas em assembleia na próxima quarta-feira, dia 19 de junho. O DF é dono de 80% dos papéis da empresa.

Procurada, a companhia informou que não iria se manifestar até a realização da assembleia. Resultados. Alvo de fiscalização direta da Aneel, a CEEE não tem cumprido o plano de resultados, exigido após a piora na qualidade do serviço. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a empresa está em situação grave e deve ser intimada já nas próximas semanas a apresentar uma solução.

Paralelamente, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, conseguiu acabar com a obrigatoriedade de realização de um plebiscito para privatizar estatais. A proposta foi aprovada pela Assembleia Legislativa, no mês passado, e abriu caminho para a venda da CEEE - será preciso aprovar um projeto de lei para isso. Procurada, a empresa não comentou. Maior distribuidora do País em unidades consumidoras atendidas, com 8,4 milhões, a Cemig tem grandes chances de não atender os indicadores mínimos de qualidade da Aneel, segundo apurou o Estadão/ Broadcast.

A Cemig recebeu autos de infração referentes aos anos de 2016 e 2017, mas está recorrendo na Aneel. A empresa tenta provar que não houve má-fé, mas erro na interpretação da norma, para evitar caracterizar o rompimento dos indicadores por dois anos consecutivos – o que levaria à caducidade de concessão. Procurada, a Cemig informou que vem cumprindo todos os limites de qualidade impostos. A empresa disse que investiu R\$ 5 bilhões em sistema de distribuição entre 2013 e 2017 e deve investir outros R\$ 5 bilhões até 2022. Também do grupo Cemig, outra distribuidora que enfrenta dificuldades é a Light, privatizada em 1996. Com 3,9 milhões de unidades consumidoras no Rio, a empresa é uma das mais atingidas pelos furtos de energia, o que tem se refletido em seus indicadores financeiros. No caso de Minas Gerais, a privatização exige referendo popular para a venda de estatais.

Se quiser privatizá-la, o governador Romeu Zema terá que convencer a Assembleia Legislativa a mudar a Constituição estadual. A Light informou que pretende lançar ações no mercado para reduzir sua dívida e diz que retomar a trajetória de redução de perdas é sua maior prioridade nas áreas "possíveis", "uma vez que a violência e o poder paralelo têm dificultado o acesso das equipes para a realização do trabalho".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/06/2019****Seção: Economia****Autor: A. W. BRASÍLIA****Título: Aneel admite que estatais têm problemas**

A própria Aneel reconhece que as distribuidoras estatais têm mais dificuldades para obter resultados, comparativamente a empresas privadas. Em nota técnica que analisa os resultados da regulação nos últimos anos, a agência afirma que "sob o prisma econômico, há estudos que sugerem que empresas privadas respondem de forma mais acentuada a incentivos econômicos do que as públicas". De acordo com a nota técnica da Aneel, as estatais registram perdas devido a custos operacionais mais altos e pela dificuldade de combater perdas.

A Aneel ainda não abriu nenhum processo para encerrar a concessão de uma distribuidora. A apuração do cumprimento das exigências em 2018 para todas as empresas está em fase de apuração, informou a agência. O coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, Nivalde de Castro, diz que as distribuidoras de grupos privados são mais eficientes pois conseguem se blindar de interferências políticas. "Elas têm uma gestão com mais velocidade e ação que empresas estatais", disse.

"Essa não é uma posição ideológica, mas de análise econômico- financeira." O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, destaca que, entre 2001 e 2017, os custos do setor de distribuição caíram pela metade, mas as estatais têm dificuldades de reduzirem suas despesas, principalmente de pessoal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 16/06/2019****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães****Título: Recuperação judicial ainda ronda Odebrecht**

Coluna do broadcast

Os bancos credores da Atvos, empresa de açúcar e álcool da Odebrecht, avançaram em torno do entendimento das implicações para todo o grupo da recuperação jurídica da companhia. Estão longe, contudo, de chegarem a um consenso com uma solução para evitar que a holding e outras empresas, que juntas carregam cerca de R\$ 80 bilhões em dívidas, sigam para o mesmo caminho. Na próxima terça-feira, 18, uma nova reunião está agendada.

Enquanto isso, a Caixa Econômica Federal segue pressionando o grupo, firme na posição de executar garantias de empréstimos concedidos à Odebrecht, caso não obtenha ações da Braskem para proteger sua exposição como os demais bancos.

» Enquanto isso... Um processo para executar dívidas com garantia da Atvos já foi engatilhado, liderado pela Caixa. Os bancos credores do braço sucro-energético pediram o pagamento antecipado de seus empréstimos, passo anterior à execução das dívidas. Paralelamente, a Caixa já deu andamento à execução da garantia por empréstimos feitos para a construção do Itaquerão, estádio do Corinthians. Em sigilo, correm outras execuções da Caixa. Procurados, Odebrecht, Atvos e Caixa não comentaram.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Vinte anos após 1o. leilão, Petrobras opera 95% da exploração de petróleo

Novo ciclo de investimentos está previsto e pode elevar setor a ser um dos motores da economia

Rio de Janeiro- Passados 20 anos do primeiro leilão de concessões de áreas de petróleo após o fim do monopólio, o Brasil ainda segue com forte predomínio da Petrobras nas operações do setor.

Especialistas, porém, veem o início de um novo ciclo de investimentos com mais participação privada.

Apesar da forte atração de empresas estrangeiras nos 19 leilões realizados até hoje, os campos operados pela estatal foram responsáveis em abril por 95% da produção nacional, que foi de 3,3 milhões de barris de petróleo e gás.

Para especialistas, o lento ritmo de expansão privada nesse segmento reflete políticas nacionalistas adotadas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que deram à Petrobras exclusividade na operação do pré-sal e suspenderam a realização de leilões por cinco anos, limitando o acesso a reservas.

A expectativa, porém, é que o resultado dos últimos leilões atraia cerca de R\$ 500 bilhões em investimentos, reduzindo gradativamente essa participação. Considerando a fatia em campos operados pela Petrobras, as estrangeiras têm hoje direito a 25% da produção nacional.

A primeira rodada de licitações da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Bio combustíveis) foi realizada sob protestos em um hotel de luxo na zona sul do Rio nos dias 15 e 16 de junho de 1999.

A agência concedeu 12 das 36 áreas leiloadas, e 13 empresas estrangeiras participaram da concorrência.

Com arrecadação de R\$ 487 milhões (o equivalente hoje a R\$ 1,6 bilhão), o resultado foi considerado um sucesso na época e celebrado como o primeiro passo para a diversificação de empresas em busca de petróleo na costa brasileira.

Antes, companhias estrangeiras só tinham chance de explorar no país associadas à Petrobras, primeiro em infrutíferas parcerias assinadas nos anos 1970, e, depois, em blocos cedidos pelo governo à estatal ao fim do monopólio.

Das áreas concedidas no primeiro leilão, a Petrobras era operadora em apenas três. As outras nove foram vencidas por empresas estrangeiras, sozinhas ou liderando consórcios.

A maior vencedora foi a italiana Eni, que levou quatro lotes na época.

Além da Eni, participaram do leilão a gigante americana Esso, a britânica BP, a anglo-holandesa Shell, a argentina YPF e uma série de companhias que depois acabaram sendo adquiridas por outras maiores, como a Texaco, a BG e a Mobil, entre outras.

"Foi, até então, a maior avalanche de investimentos no setor em curto espaço de tempo. Em 1998 e no início de 1999, mais de 70 empresas se instalaram no Rio", recorda o então diretor-geral da ANP David Zylbersztajn, para quem o resultado veio "dentro do cenário otimista".

"A gente viajou muito pelo mundo. Isso era necessário porque ainda havia algum ceticismo com relação a uma coisa tão simbólica quanto quebrar o monopólio da Petrobras. A expectativa sobre o Brasil era enorme."

O leilão, porém, não trouxe frutos em termos de produção: todas as áreas arrematadas foram devolvidas por falta de descobertas comerciais — o pré-sal acabou sendo encontrado em blocos licitados na segunda rodada de licitações da ANP, em 2000.

"Aqueles áreas foram todas arrematadas de olho no pós-sal, o pré-sal só foi descoberto em 2006. Em 1999, estava todo o mundo procurando coisas iguais a Roncador [a maior descoberta brasileira até então] ", diz o consultor Pedro Zalan, que era geólogo da Petrobras na época.

O período entre o primeiro leilão e a descoberta do pré-sal é visto como um primeiro ciclo de investimentos após a abertura do setor. Atraiu empresas estrangeiras, mas ainda sob a sombra da Petrobras, que dominava o conhecimento sob o subsolo brasileiro.

O segundo ciclo, após o pré-sal, foi marcado por um recuo no esforço para atrair capital privado.

Com Lula e, depois, com Dilma, a Petrobras ganhou musculatura e privilégios na disputa das áreas mais promissoras.

Após a confirmação da descoberta do mega-campo de Lula, hoje chamado de Búzios, o governo decidiu rever as regras do setor e interrompeu por cinco anos a realização de leilões, o que levou a um processo de desmobilização de empresas estrangeiras no país.

Dados da ANP mostram que a paralisação afetou fortemente a atividade do setor.

Em 2011, quando atingiu o pico, foram perfurados 238 poços exploratórios no país. Em 2018, depois de duas fortes quedas da cotação internacional e da crise da Petrobras, foram apenas 28.

O número de sondas e perfuração em atividade no Brasil, que chegou a 90 no início da década, gira neste início de 2019 em torno de 10, segundo dados compilados pela americana Baker Hughes.

"Houve uma quebra de confiança, de credibilidade, que atrasou o país", afirma Zylbersztajn. "A gente parou. Hoje teríamos mais do que o dobro da produção, com maior dinâmica de atividade e de empregos."

O setor vê atualmente o início de um novo ciclo de investimentos, agora com maior relevância de empresas privadas, a partir das concessões realizadas no fim do governo Dilma e no governo Michel Temer.

Consórcios liderados por empresas estrangeiras levaram 6 das 13 áreas do pré-sal licitadas sob Temer, tendo sido responsáveis por 99% dos R\$ 6,8 bilhões arrecadados. O forte apetite vem de mudanças regulatórias que aliviaram obrigações de compras no país e permitiram a operação privada no pré-sal.

Como resultado dos leilões recentes, a ANP espera investimentos que, apenas nas áreas leiloadas sob Temer, demandem cerca de 20 plataformas de produção.

Considerando leilões anteriores, o potencial de investimentos chega a R\$ 1,8 trilhão, com cerca de 60 plataformas.

A norueguesa Equinor, por exemplo, prevê cinco poços no pré-sal brasileiro pelos próximos três anos e espera chegar a 2030 produzindo entre 300 mil e 500 mil barris por dia no país. A Exxon também fala em cinco poços entre este ano e o próximo.

"Esse futuro já está contratado", diz o secretário-executivo do LBP (instituto que reúne as petroleiras), Antônio Guimarães.

"Se voltar a investir US\$ 40 bilhões [R\$ 160 bilhões] por ano, que é a perspectiva para 2022 ou 2023, esse setor vai ser um motor da economia brasileira."

O diretor-geral da ANP Décio Oddone, diz que o desafio agora é fomentar a criação e a atração de empresas independentes para produzir em campos de pequeno e médio porte, que era também uma das metas de Zylbersztajn há 20 anos.

O plano parou na resistência da Petrobras em abrir espaço.

A ANP determinou que a estatal venda até o fim do ano áreas em que não tem mais interesse em investir — a estatal tem hoje 23 processos abertos de venda de ativos de campos terrestres ou em águas rasas — e decidiu manter em oferta permanente todas as áreas terrestres que têm em mãos.

Com os campos vendidos pela Petrobras, diz Oddone, pequenas empresas poderão fazer caixa para adquirir novos projetos exploratórios em terra e águas rasas que hoje não são interessantes para companhias de grande porte.

"A importância da diversidade de empresas é o impacto regionalizado da atividade, com geração de empregos e negócios locais", diz.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/06/2019

Seção: Mercado

Autor: NP

Título: Não foi aposta, diz italiano de ágio de 53.500%

Rio de Janeiro- Aos 68 anos, vivendo há 16 na Noruega, o geólogo italiano Rocco Valentinetti lembra com nostalgia de seu curto período no Brasil.

Embora tenha passado pouco mais de dois anos no Rio de Janeiro, brinca com forte sotaque que ainda é carioca, cita Vinícius de Moraes e reclama do "frio social" norueguês.

Ele chegou ao país em 1998 com a missão de presidir as operações da italiana Eni no momento em que o monopólio da Petrobras era extinto. Se tornou uma celebridade do setor depois que deu lance de R\$ 134 milhões (o equivalente hoje a R\$ 461 milhões) por área na bacia de Santos.

Com ágio de 53.500% sobre o valor mínimo, o lance foi responsável por quase 30% da arrecadação do leilão.

A aposta surpreendeu o mercado e ganhou tom de anedota 11 anos depois, quando a companhia devolveu o bloco sem encontrar volumes comerciais de petróleo.

"Não foi uma aposta, não foi como ir ao cassino. Tínhamos avaliações técnicas de que poderíamos apresentar aquele lance", diz Valentinetti.

"A companhia foi mais agressiva porque os técnicos da matriz avaliaram que tinha um potencial maior do que as outras empresas viam." Pela subsidiária Agip, a Eni levou quatro blocos no leilão — dois individuais e os outros em parcerias. Gastou R\$ 172,7 milhões, o equivalente hoje a cerca de R\$ 600 milhões.

Valentinetti havia chegado ao Brasil após passagens pela Escócia e pelo Egito em busca de negócios para a Eni.

"Minha empresa me disse: 'Vá lá ver se tem alguma coisa interessante, porque depois de 50 anos eles estão abrindo o setor'", recorda. "A gente ainda não sabia da importância geológica e técnica, não tinha acesso aos dados."

Depois do sucesso no primeiro leilão da ANP a Agip comprou uma rede de postos de gasolina, entrou na distribuição de gás de cozinha e assumiu a concessão de gás canalizado na região oeste de São Paulo.

Em 2008, voltou a surpreender ao apresentar ágio de 15.100% no oitavo leilão da ANP — mas a licitação foi suspensa pela Justiça. Em 2010, após vender todos os ativos que havia comprado, a empresa foi embora do país.

Valentinetti diz não saber avaliar por que as coisas não deram certo. Ele depois se mudou para Stavanger, na Noruega, onde trabalhou com empresas fornecedoras do setor de petróleo e hoje atua como consultor.

"É assim em qualquer lugar do mundo. Na Noruega, antes de descobrir Ekofisk [primeira descoberta de óleo no país], fizeram 30 ou mais poços."

Ele avalia que a abertura do setor no fim transformou a indústria do petróleo.

"Agora, nas últimas rodadas depois do pré-sal, o negócio é bilionário. Naquela época, toda a bagunça foi por causa de um lance de [pouco mais de] R\$ 100 milhões. Agora estamos falando de bilhões de dólares. São as mesmas empresas."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Fábio Pupo

Título: Governo desiste de vender tudo e preserva mais 12 estatais

Empresas estão entre as dependentes de recursos do Tesouro e ligadas a militares, resistentes a privatizações

Brasília- Antes com o discurso de vender tudo, a equipe econômica do governo Jair Bolsonaro reviu sua política para estatais e agora vai deixar de privatizar ao menos 12 empresas.

O governo constatou as dificuldades ou a inviabilidade financeira de algumas delas. Em outros casos, o problema é a resistência nos ministérios, especialmente no caso das estatais ligadas à Defesa.

Além de Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES, o Ministério da Economia inseriu na lista de empresas que não serão vendidas 8 das 18 estatais que dependem de recursos do Tesouro para sobreviver.

Entre elas, estão companhias do ramo militar como a Am azul (Amazônia Azul Tecnologias de Defesa). Ligada à Marinha, desenvolve o submarino de propulsão nuclear. O projeto começou em 2012 e deveria ser concluído em 2025 — com o atraso, o término foi adiado para 2029.

Outra a ser mantida é a Emgepron (Empresa Gerencial de Projetos Navais), criada em 2013. Também ligada à Marinha, gerencia pedidos de embarcações, reparos navais e comercializa bens no setor.

Permanecerá pública também a Indústria de Material Bélico do Brasil, que fabrica e vende produtos de defesa e segurança para clientes como Forças Armadas, polícias e clientes privados.

Contribuíram para a decisão nessa área as diferenças de visão entre militares e equipe econômica sobre as privatizações. As divergências começaram a aparecer já na época da transição de governo, no fim do ano passado.

Representantes do time do ministro da Economia, Paulo Guedes, já falavam que, por eles, seriam colocadas à venda todas as estatais — mas que representantes das Forças Armadas eram contrários.

A diferença já foi exposta por Guedes. "Os nossos militares olham para algumas delas [estatais] com carinho, como filhos, porque foram eles que as criaram. Mas eu digo "olha que seus filhos fugiram e hoje estão drogados"", afirmou em evento sobre privatizações em fevereiro.

A resistência é observada também em outras pastas. Desde o começo do ano, representantes da equipe econômica têm feito reuniões com diferentes ministérios com o objetivo de checar a viabilidade das privatizações.

Encontram resistências dos titulares. Bolsonaro também já se posicionou de forma contrária à venda daquelas consideradas estratégicas para o país.

Também será mantida a Embrapa (de pesquisa agropecuária), ligada à Agricultura. A interpretação é que companhias como essa geram um valor que não é apenas medido pelo lucro ou prejuízo.

Há um conjunto de outras empresas consideradas no governo importantes para executar ações ligadas a políticas públicas e que, por isso, serão mantidas neste momento.

Estão nesse universo empresas ligadas a hospitais, como a Ebserh (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares), o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e o Grupo Hospitalar Conceição. A CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais), vinculada ao **Ministério de Minas e Energia**, também segue estatal.

Procurada, a Secretaria de Desestatização e Desinvestimento informou em nota que a Constituição determina que a exploração direta de atividade econômica pelo Estado "só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo".

"Neste sentido, a manutenção de empresas estatais pela União só se dará se esses critérios forem observados", afirma o texto.

Hoje, são 134 empresas estatais, sendo que as 18 dependentes do Tesouro demandam cerca de R\$ 20 bilhões ao ano.

O secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, Salim Mattar, defendeu ao tomar posse que estava desenvolvendo um programa com o objetivo de se desfazer de tudo.

"Estamos apenas no pré-projeto de um programa para desestatizar tudo. O Estado não deve competir com a iniciativa privada", disse.

Há três meses, Guedes deu declarações semelhantes ao dizer que, "no final, vai a [privatização da] Petrobras também, vai o Banco do Brasil". "Tem que ir tudo", defendeu.

A intenção do ministro é vender as empresas para reduzir o endividamento público. Hoje, o valor das estatais corresponde a 27% da dívida líquida do setor público. Em 2010, a relação chegava a 60%.

O governo ainda estuda o destino de outras empresas. É o caso dos Correios, que já teve a análise sobre a venda liberada por Bolsonaro.

Segundo representantes da equipe econômica, há diferentes compradores potencialmente interessados, principalmente pela capilaridade da companhia no território brasileiro.

Outras estatais podem ter um fim diferente da venda, como a EBC (Empresa Brasil de Comunicação). Recentemente, o presidente da República afirmou em entrevista que ela será extinta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/06/2019

Seção: Poder

Autor: Reynaldo Turolo Jr e Julio Wiziack

Título: Contestado, fundo da Lava Jato traz risco de prejuízo público de R\$ 22 milhões

Dinheiro teve desvalorização desde que foi depositado, e país pode ter que arcar com diferença se acordo for desfeito; PGR fez alertas

Brasília- A operação realizada pela Lava Jato em Curitiba para receber no Brasil R\$ 2,5 bilhões da Petrobras, fruto de um acordo entre a estatal e os EUA, levantou suspeitas entre autoridades que analisam o caso em Brasília e temor de prejuízo ao poder público.

Depositado em uma "conta de trânsito" na Caixa Econômica Federal em 30 de janeiro, o montante, equivalente a US\$ 682,6 milhões, vem sofrendo oscilações

com a variação cambial. A única correção é dada pela Selic, a taxa básica de juros da economia que está em 6,5% ao ano.

De 30 de janeiro, quando o dinheiro entrou na conta, até sexta (14), houve desvalorização de R\$ 22,4 milhões do valor principal. A estimativa computa a diferença entre a alta do dólar no período e a remuneração dada pelo banco.

Ou seja, se o acordo fosse desfeito agora, além de devolver o montante inicial, o Brasil teria de arcar com a diferença.

A volatilidade preocupou a procuradora-geral, Raquel Dodge. Em duas manifestações recentes ao Supremo Tribunal Federal, ela disse que fez alertas sobre a rentabilidade da conta na Caixa, destacando a "necessidade de preservar, ao menos, a paridade cambial com o montante negociado".

A própria Lava Jato aventou, em nota, que a indefinição sobre o fundo "poderá fazer com que a Petrobras tenha a obrigação de pagar os valores integralmente nos EUA".

Em março, Dodge ajuizou ação no STF para anular o acordo da Lava Jato com a Petrobras, o qual previa o depósito e resultaria na criação de uma fundação privada.

No plano dos procuradores, essa fundação criada por eles administraria um fundo com metade dos R\$ 2,5 bilhões — a outra parte seria para ressarcir sócios minoritários da Petrobras no Brasil em razão do esquema de corrupção. Se essa fatia do dinheiro não fosse integralmente usada, as sobras também seriam destinadas para o fundo.

"Não é possível que órgão do MPF [Ministério Público Federal], em decorrência de suas atribuições funcionais, possa desempenhar atividades de gestão de recursos financeiros de instituição privada, nem definir onde serão aplicados, muito menos ter à sua disposição orçamento bilionário", disse Dodge ao STF.

O relator da ação, ministro Alexandre de Moraes, suspendeu em 15 de março o acordo, que fora homologado em 25 de janeiro pela juíza Gabriela Hardt, à época responsável pela 13ª Vara Federal em Curitiba.

Os recentes questionamentos começam com o jeito encontrado para a Petrobras depositar o valor, que precisou da interveniência de um alto executivo da Caixa em Brasília.

No dia da homologação do acordo em Curitiba, o então vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa, Roberto Barreto, mandou um ofício ao procurador Deltan Dallagnol explicando que, para efetuar o depósito, ainda não

tinha "titularidade definitiva" e que uma opção era pôr o dinheiro em uma "conta gráfica".

Essa "conta gráfica" seria remunerada pela Selic. O banco cobraria R\$ 12,5 mil por mês como taxa de administração.

Para fazer a operação, porém, seria preciso ordem judicial. O ofício também dizia que, definido quem seria o titular da conta, o banco poderia aplicar os recursos em opções mais lucrativas. No dia em que recebeu o comunicado da Caixa, Deltan fez pedido à 13ª Vara para que o depósito não fosse em conta judicial (com correção ínfima, pela TR) e, sim, na conta remunerada pela Selic. A autorização veio três dias depois. O ministro Moraes bloqueou o valor, mantendo por ora as condições acordadas com a Caixa.

À Justiça o banco esclareceu que a conta, vinculada ao juízo, "somente é acessada pela Tesouraria da Caixa e, por isso, não consta do sistema informatizado da agência". "Essa operação foi objeto de requerimento do MPF e de decisão judicial autorizativa, razão pela qual não restou formalizada em instrumento contratual", explicou o banco em ofício.

Um especialista em governança corporativa de bancos públicos ouvido pela Folha sob condição de anonimato afirmou que a operação foi atípica, aparenta ter sido realizada em um vácuo legal e provavelmente foi sustentada por pareceres internos da Caixa. À Folha o banco informou que não há nenhum parecer.

Segundo esse especialista, se o recurso veio para o setor público (MPF), ele se torna público e precisa ser registrado pelo Tesouro. Para haver um recurso público vinculado, apartado das fontes ordinárias como impostos e taxas e destinado a um determinado programa, é preciso que o Congresso aprove lei específica.

Ainda segundo o especialista, seria necessária a edição de lei para que o dinheiro constituísse desde o início um fundo público e pudesse ter tido aplicação mais rentável. A Petrobras fechou o acordo porque temia ser condenada na Justiça dos EUA. Por isso, negociou reparação aos investidores com a SEC, órgão regulador do mercado de capitais americano, e o DOJ, departamento de Justiça daquele país.

Com as tratativas em andamento, a PGR passou a receber visitas confidenciais da equipe jurídica e de compliance da Petrobras. Segundo relatos, a equipe não comunicou formalmente à PGR como seria o depósito no Brasil.

Dodge tem defendido a aplicação dos recursos em rubricas da União, como educação.

O fundo da Lava Jato foi o primeiro fator de desgaste da força-tarefa neste ano. Na semana passada, o vazamento de mensagens atribuídas aos procuradores, algumas trocadas com o então juiz Sergio Moro, atual ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, provocou novos questionamentos.

As conversas, divulgadas pelo site The Intercept Brasil, sugerem colaboração do então juiz com os investigadores em processos que ele próprio julgava. Os envolvidos negam irregularidade.

Força-tarefa defende acordo e declara que PGR foi avisada

OUTRO LADO

A força-tarefa da Lava Jato diz que o dinheiro das multas nos EUA só veio ao Brasil por causa da atuação da Procuradoria no combate à corrupção e que o acordo com a Petrobras foi celebrado para satisfazer exigências americanas.

Segundo a Lava Jato, a PGR foi avisada da negociação com a Petrobras — que não se manifestou sobre as reuniões com a PGR, que foram confidenciais.

O diretor jurídico da Caixa, Gryecos Loureiro, disse que o banco só aceitou o depósito porque houve decisão judicial. Procurada, a Justiça Federal no Paraná não comentou.

A PGR não informou se havia outra operação bancária mais adequada para receber o dinheiro. Conforme a ação que ajuizou no STF, o órgão entende que o acordo da força-tarefa com a Petrobras feriu princípios como o da legalidade e o da separação dos Poderes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Elio Gaspari

Título: Conta da Petrobras

Vem aí uma conta pesada para a Petrobras. Assim como fizeram, com sucesso, os investidores americanos, alguns fundos brasileiros prejudicados pelas malfetorias ocorridas na Petrobras, querem ser indenizados.

Por enquanto, a conta (parcial) está em R\$ 58 bilhões.

A burocracia da empresa e a União empurram o caso com a barriga e hoje há uma disputa para se saber se o processo deve ser submetido à Câmara de Arbitragem ou manda-dopara a Justiça. O caso está no Superior Tribunal de

Justiça (STJ), onde a relatora Nancy Andrighi já se decidiu pela arbitragem. Se essa tese prosperar a sentença pode sair ainda neste ano.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/06/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack e Raquel Landim

Título: Caixa lança Odebrecht à recuperação judicial

Estatual executa dívidas da empreiteira em manobra que é vista como suicida por outros bancos credores do grupo

BRASÍLIA E SÃO PAULO- A Caixa executou dívidas da Odebrecht como forma de pressionar a empresa a abrir negociação e oferecer garantias que protejam a estatal caso o grupo entre em recuperação judicial.

O movimento foi visto pelos demais credores e pela empresa como um manobra suicida, que jogou de vez o grupo na vala da recuperação judicial.

As dívidas executadas pela Caixa estavam em atraso havia mais de dois meses e se referem a empréstimos tomados para a construção do Itaquerão, em São Paulo, e o Centro Administrativo de Brasília, em Taguatinga (DF).

Na sexta-feira (14), ocorreu a primeira rodada de conversas depois das execuções. Pessoas que participaram das negociações dizem que representantes da Odebrecht são céticos sobre encontrar uma saída.

Os da Caixa dizem acreditar que há espaço para levar ações da petroquímica Braskem, único ativo valioso do grupo.

A Caixa decidiu esticar a corda porque os demais bancos credores, como Bradesco, Itaú e Banco do Brasil, têm ações da petroquímica que dão proteção para boa parte dos empréstimos concedidos. Essas instituições estavam dispostas a renegociar dívidas.

Só em operações diretas e avais dados pela Odebrecht S. A. aos bancos, a dívida é de mais de R\$ 20 bilhões — R\$ 7 bilhões com a Caixa.

No entanto, mesmo esses bancos não estão totalmente cobertos. Quando a holandesa Lyondell Basell desistiu da aquisição da Braskem, há duas semanas, o valor das ações despencou, e as garantias deixaram de ser suficientes.

Pessoas próximas ao processo duvidam que seja possível evitar que a Odebrecht S. A. peça uma trégua à justiça.

O grupo fez uma proposta de reestruturação da dívida que inclui deságio e prorrogação do prazo de pagamento.

Os cálculos só fazem sentido se o braço de construção da Odebrecht se recuperar e se for possível obter um bom dinheiro com a venda da Braskem, o que, segundo os envolvidos, parece pouco provável.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/06/2019

Seção: Colunas

Autor: Lauro Jardim

Título: US\$ 1 bilhão

ECONOMIA

A Ouro Preto, empresa de óleo e gás de Rodolfo Landim, ganhou da Petrobras o direito de fazer uma oferta por dez campos de petróleo (Enchova e Pampo) na área sul da Bacia de Campos. A proposta vai ficar em cerca de US\$ 1 bilhão.

MME / ASCOM .